

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Petrobras estuda reunir gasodutos do pré-sal e abrir capital	2
Título: WEG entra no setor de geração a partir de resíduos	3
Título: AIE alerta Opep para risco de excedente de petróleo em 2020.....	6
Título: Estudo contraria laudo da CPRM em AL	7
Título: Projeto de minério de ferro no Norte de MG prevê aporte de US\$ 2,1 bilhões	8
Título: Vale aproveita juros baixos para recomprar bônus.....	11
Título: Litel faz cisão para facilitar venda de fundos na Vale	11
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	13
Título: Petrobrás volta a obter aval para oferta de R\$ 3 bi.....	13
Título: Brumadinho: relatório culpa cúpula da Vale	13
Título: Petróleo atrai investidores em leilão inovador.....	14
Título: Cortesia com chapéu alheio.....	15
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	17
Título: Edifício de R\$ 1 bilhão e alvo da Lava Jato vai ser desocupado pela Petrobras em	17
VEÍCULO: O Globo.....	19
Título: Brumadinho: CPI quer indiciar chefes da Vale.....	19

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 13/09/2019****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho****Título: Petrobras estuda reunir gasodutos do pré-sal e abrir capital**

A Petrobras estuda reunir todos os gasodutos marítimos do pré-sal numa única empresa e, depois disso, privatizá-la por meio de um processo de abertura de capital. Dona de três rotas que ligam os campos da Bacia de Santos até a costa, a petroleira negocia com seus sócios - Shell, Repsol e Galp - a formação de um Sistema Integrado de Escoamento (SIE) e avalia, ao fim, vender parte ou toda a sua fatia no ativo.

O modelo do desinvestimento ainda não está fechado pela estatal. A experiência bem-sucedida com a alienação dos gasodutos terrestres - vendidos diretamente para controladores privados: Engie, no caso a Transportadora Associada de Gás (TAG), e Brookfield, no caso da Nova Transportadora do Sudeste (NTS) - pode ser uma inspiração.

A informação sobre a possibilidade de realização de uma abertura de capital da empresa que reunirá os gasodutos offshore do pré-sal foi publicada pelo site *Petróleo Hoje*, da Brasil Energia, e confirmada por uma fonte ao **Valor**.

A estatal espera concluir ainda neste ano a reestruturação societária de seu sistema de gasodutos marítimos. A Petrobras opera três rotas responsáveis pela interligação dos campos do pré-sal da Bacia de Santos à costa do Rio de Janeiro e de São Paulo, mas detém participações diferentes em cada um dos gasodutos.

No Rota 3, gasoduto que ainda está sendo construído e que ligará o pré-sal a Itaboraí (RJ), por exemplo, a estatal possui uma participação de 100%. No Rota 2 (cujo destino é Macaé/RJ), por outro lado, a fatia é de 55%, enquanto no Rota 1 (Caraguatatuba/SP) a participação da estatal depende do trecho. A ideia é construir, portanto, um sistema integrado de escoamento, de forma que a estatal e seus sócios tenham participações societárias uniformes em todo o sistema.

Os gasodutos de escoamento levam o gás dos campos do pré-sal até as unidades de processamento de gás natural (UPGNs), na costa. Uma vez tratado, esse gás é, então, injetado na malha de transporte terrestre, para abastecimento ao mercado.

O desinvestimento da Petrobras nos gasodutos de escoamento faz parte de um movimento maior de abertura do mercado brasileiro de gás natural. A companhia assinou um termo de compromisso com o Conselho Administrativo

de Defesa Econômica (Cade) para sair integralmente da distribuição e do transporte (gasodutos terrestres) até o fim de 2021. Além disso, a petroleira terá de abrir sua infraestrutura de processamento para outros produtores de gás. Como parte do acordo com o Cade, a estatal entregará, até o fim deste ano, uma minuta de contrato de acesso de terceiros às UPGNs.

Para o diretor-executivo da Gas Energy, Rivaldo Moreira Neto, faz sentido a Petrobras se desfazer de sua participação nos gasodutos offshore. Na avaliação do consultor, esse tipo de negócio é um investimento típico de fundos de pensão, por exemplo.

“É um tipo de negócio que conta com contratos de longo prazo, tarifas pré-definidas e baixo risco. Traz um fluxo de caixa garantido. As petroleiras estão buscando negócios com taxas de retorno mais altas”, afirma ele.

Segundo uma fonte do mercado de gás, que falou sob a condição de anonimato, o sucesso da abertura de capital de uma empresa de gasodutos offshore é uma incógnita, devido ao seu pioneirismo no mercado brasileiro de capitais. A fonte destaca, ainda, que esse tipo de negócio pode atrair investidores interessados em dividendos relativamente estáveis, a exemplo do segmento de “utilities”.

Para a mesma fonte, contudo, ainda falta uma perspectiva mais concreta de oportunidades de expansão do negócio. Ele lembra que o Brasil precisará de novos gasodutos e que existe a expectativa de crescimento nesse sentido, mas que ainda falta um plano de negócios mais bem definido.

Na semana passada, o diretor-presidente da TAG, Gustavo Labanca, comentou sobre um eventual interesse da Engie de investir também em gasodutos offshore e disse que esse não é o foco da companhia, no momento.

“Nossa prioridade é a expansão da malha atual [de gasodutos de transporte da TAG]. Mas se as condições estiverem adequadas e o ambiente regulatório adequado, podemos fazer algum investimento. Não agora, mais para frente, desde que seja primordialmente para conectar [um eventual gasoduto de escoamento] à malha da TAG”, afirmou ele, a uma plateia de empresários do setor, ao ser questionado sobre o assunto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/09/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: WEG entra no setor de geração a partir de resíduos

A WEG está preparando sua entrada em um novo negócio: a geração de energia a partir de resíduos sólidos urbanos. Ideal para municípios de médio porte, de 100 mil a 130 mil habitantes, a solução envolve a construção de uma usina que faz a gaseificação dos resíduos sólidos, com geração de 2,5 MW ou 5 MW de energia. “Ainda estamos avaliando o tamanho do mercado, mas conhecemos o potencial do negócio, que é totalmente alinhado com a estratégia da companhia de oferecer sempre produtos com apelo ecológico e de sustentabilidade”, disse Eduardo da Nóbrega, diretor superintendente da WEG Energia.

A tecnologia da gaseificação foi desenvolvida por um parceiro da WEG, cujo nome não foi informado. Segundo Nóbrega, os demais componentes da usina, como turbinas, transformadores, e sistemas de automação e controle, já são todos do portfólio da companhia. Ela vai atuar como “epecista” (jargão que vem da sigla em inglês EPC, que significa um pacote de engenharia, compra de bens e serviços e construção) e as usinas serão entregues em operação aos donos. Apenas a parte das obras civis ficará de fora do pacote.

Ainda não há contratos fechados. Desde o início do ano, a WEG está prospectando clientes em prefeituras e investidores privados, como gestores de aterros sanitários, por exemplo. “Acreditamos que até o fim do primeiro semestre do ano que vem teremos projetos sendo finalizados”, disse Nóbrega.

Segundo o executivo, a solução atende o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, criado em 2010 pelo Ministério do Meio Ambiente, e também o Programa Lixão Zero, lançado em abril deste ano pela mesma pasta, com o objetivo de eliminar os lixões existentes e apoiar os municípios em soluções adequadas à recuperação energética dos resíduos.

“Sabemos que é um mercado que existe, até porque todos os municípios, cedo ou tarde, precisarão se adequar à legislação sobre o tratamento de resíduos sólidos”, disse Nóbrega. Ele admitiu que não é um mercado maduro, o que vai exigir um grande esforço para que seja desenvolvido. As diretrizes do governo em relação à redução de resíduos são vistas como um bom sinal pela companhia. “Isso nos dá respaldo e faz com que as coisas andem mais rápido com as prefeituras”, disse Nóbrega.

Agora, a WEG está visitando prefeituras e investidores e fazendo propostas técnico-comerciais. A companhia também está em contato com empresas que fazem tratamento de resíduos e são proprietárias de aterros.

Para a WEG, o desenvolvimento de uma tecnologia própria para o sistema de gaseificação dos resíduos não faria sentido, já que os parceiros passaram anos estudando e se debruçando sobre as características específicas do lixo brasileiro. Segundo Nóbrega, ele tem mais umidade e componentes orgânicos do que em países na Europa ou nos Estados Unidos, por exemplo, o que exige um tratamento diferenciado.

A pesquisa realizada determinou, segundo o executivo, que o processo de aproveitamento energético pela gaseificação é o mais indicado para o lixo brasileiro. Outras alternativas seriam o processo de incineração, que só faz sentido em grandes centros urbanos, e a produção de biogás por aterros ou biodigestores. De acordo com Nóbrega, a WEG terá exclusividade sobre a tecnologia utilizada, que é patenteada e envolve uma taxa “muito baixa” de emissão de gases poluentes, de acordo com a legislação ambiental vigente.

As usinas também podem ser combinadas para potências maiores, caso haja um volume maior de resíduos para isso. A energia gerada será injetada na rede dentro das regras de co-geração, gerando uma receita para o investidor ou prefeitura. Segundo a WEG, isso faz com que o retorno do investimento (“payback”) de uma usina de 2,5 MW seja de aproximadamente 45 meses.

“O retorno é atrativo. Um dono de aterro sanitário já vai receber um valor para tratar o resíduo, normalmente pago pela prefeitura. Além disso, terá também a receita gerada pela produção de energia”, disse Nóbrega.

O tempo de construção de uma usina é de 10 meses a um ano. Dependendo de complicações na parte das obras civis, como necessidade de conexão à rede de energia ou preparação de estrutura para sua construção, o prazo pode ficar maior.

“Estamos fechando mais um elo da corrente para oferecer soluções ao mercado que atendam a demanda por fontes renováveis e sustentabilidade”, disse Nóbrega.

Com atuação de destaque no setor de bens de capital, a WEG tem sede em Jaraguá do Sul, em Santa Catarina, e atua globalmente. No primeiro semestre do ano, o faturamento da companhia cresceu 10,9%, para R\$ 6,2 bilhões. O lucro líquido, no período, avançou 11,9%, para R\$ 695,8 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 13/09/2019****Seção: Empresas****Autor: David Sheppar****Título: AIE alerta Opep para risco de excedente de petróleo em 2020****A previsão da Agência Internacional de Energia é de uma sobra de 1,4 milhão de barris por dia**

Um excedente crescente de petróleo no mercado vai reduzir os preços no ano que vem, informou ontem a Agência Internacional de Energia (AIE), numa previsão que deverá aumentar a pressão sobre o novo ministro da Energia da Arábia Saudita para que ele considere cortes maiores na produção.

O relatório mensal da AIE destacou que o mercado de petróleo deverá registrar um pequeno déficit no segundo semestre deste ano, mas a oferta deverá aumentar no fim de 2019 e em 2020. O estudo prevê que se os membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) mantiverem os atuais níveis de produção no começo de 2020, eles vão colocar no mercado 1,4 milhão de barris por dia a mais do que o mercado necessita.

“A formação contínua de estoques que vimos desde o começo de 2018 deu uma parada, mas isso é temporário”, disse a AIE. Logo, prevê ela, o grupo Opep+, que inclui a Rússia, “mais uma vez verá um aumento da produção fora da Opep com o equilíbrio implícito do mercado retornando a um excedente significativo e pressionando os preços”.

A previsão de um grande excedente representará um dos primeiros desafios para o príncipe Abdulaziz bin Salman, que foi nomeado ministro do Petróleo da Arábia Saudita no fim de semana. Ele disse que não haverá uma mudança dramática de política, mas a previsão sugere que os produtores da Opep+ poderão se ver assoberbados mais uma vez pela oferta concorrente de petróleo no ano que vem.

A expectativa ampla é de que o príncipe Abdulaziz seja incumbido de aumentar o preço do petróleo para dar suporte aos ambiciosos planos de transformação econômica da Arábia Saudita e a abertura de capital da companhia estatal de petróleo Saudi Aramco.

O petróleo do tipo Brent, referência internacional, vem flutuando perto dos US\$ 60 o barril na maior parte deste terceiro trimestre, preço bem inferior ao maior patamar alcançado no ano, de US\$ 75. A maioria dos países membros da Opep exige preços acima de US\$ 70 o barril para equilibrar seus orçamentos. Ontem, o preço do barril do Brent caiu 0,70% para US\$ 60,38.

Em uma reunião da comissão de monitoramento da Opep e seus aliados, realizada ontem, o príncipe Abdulaziz disse que cortes maiores serão discutidos no próximo encontro oficial da Opep+ em dezembro, sugerindo que uma providência agora é mais provável.

O ministro saudita enfatizou que o mercado no momento apresenta déficit, mas os preços do petróleo também vêm sendo pressionados por sinais de que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, poderá considerar a possibilidade de reduzir as sanções contra as exportações do Irã para iniciar discussões diplomáticas com Teerã.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/09/2019

Seção: Empresas

Autor: Estella Fontes

Título: Estudo contraria laudo da CPRM em AL

Braskem contratou estudos de equipe de geofísicos da Universidade de Houston para investigar o afundamento do solo em áreas da capital alagoana

Estudos conduzidos por uma equipe de geofísicos da Universidade de Houston para investigar o afundamento do solo em áreas de Maceió (AL) concluíram que, a partir dos resultados e informações disponíveis até o momento, não é possível relacionar a extração de sal-gema da petroquímica Braskem ao evento geológico, que já levou centenas de famílias a deixarem suas casas.

Pesquisadores do centro americano, reconhecido internacionalmente nessa área, também apontaram falhas na metodologia usada pelo Serviço Geológico Brasileiro (CPRM) no laudo apresentado em maio, que associou a extração do sal aos problemas enfrentados em três bairros da capital alagoana.

De acordo com os pesquisadores Aibing Li, Rob Stewart e Yingcai Zheng, professores na Universidade de Houston, a simulação geomecânica de um eventual colapso das minas, que não chegou a ser feita pela CPRM, mostra que, se isso acontecesse, o impacto na superfície do solo seria de no máximo 0,6 centímetro ao longo de pouco mais de 32 anos. Esse valor é 67 vezes menor do que o afundamento (subsidência, no jargão técnico) medido por interferometria, que foi usado no estudo do Serviço Geológico Brasileiro.

Os especialistas apontam ainda que o laudo da CPRM não levou em consideração a existência de outra área de afundamento do solo, distante da mineração, e de atividade tectônica na região. Enquanto para os pesquisadores brasileiros um tremor de terra registrado em 3 de março do ano passado em bairros de Maceió está relacionado à movimentação de uma mina de sal-gema,

para os estrangeiros os tipos de onda que o terremoto desenhcou (a “assinatura” do sismo) mostram que o fenômeno foi natural.

Especificamente na região do bairro Pinheiro, o relatório da Universidade de Houston indica que há falhas geológicas que justificam a hipótese de estar havendo movimentação de terra agravada pela infiltração de água e ausência de saneamento básico adequado.

Há ainda outras contestações, que serão encaminhadas pela Braskem à CPRM quando outros estudos em andamento produzirem resultados finais. Esse foi o primeiro de uma série de estudos e levantamentos contratados pela Braskem para apurar as causas do surgimento de fissuras em imóveis e vias dos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro.

Em relatório de maio, a CPRM indicou que a mineração de sal-gema, usado na produção da resina PVC, era a principal causa desses problemas. A petroquímica, porém, questiona pontos do laudo, inclusive judicialmente, e buscou o auxílio de outros especialistas no Brasil e no exterior para investigar o assunto.

Até o fim do ano, a Braskem espera concluir estudos com sonares nos 35 poços de extração de sal em sua área de concessão, que são acompanhados pela Agência Nacional de Mineração (ANM). Até agora, esses trabalhos já alcançaram 15 poços e não indicaram deslocamento, com exceção da mina 7 - que poderia ser uma das causas do afundamento do solo.

Independentemente da discussão técnica, a Braskem já decidiu que não vai mais extrair sal-gema nessa região de Maceió. Neste momento, avalia alternativas de obtenção do insumo para reativar as fábricas de dicloroetano (EDC) e cloro-soda na mesma cidade, que funcionavam com o sal extraído dos poços e estão paralisadas desde o início de maio, quando também foi interrompida a atividade de mineração.

A Braskem é alvo de três ações civis públicas do Ministério Público ressarcimento dos danos causados pelos eventos geológicos em Maceió. A companhia defende, contudo, que primeiro é necessário estabelecer as reais causas do problema para então propor soluções adequadas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/09/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado

Título: Projeto de minério de ferro no Norte de MG prevê aporte de US\$ 2,1 bilhões

O governo de Minas Gerais e a Sul Americana Metais (SAM) assinaram um protocolo de intenção para investimentos de US\$ 2,1 bilhões para a construção de uma mina na cidade de Grão Mogol, a 571 quilômetros de Belo Horizonte. O plano, se tudo correr dentro do previsto, é que a extração de minério de ferro comece no fim de 2024 ou início de 2025.

A diretora de relacionamento e meio ambiente da SAM, Gizelle Andrade Tocchetto, disse que a empresa deu entrada no pedido de licença prévia junto à Secretaria de Meio Ambiente de Minas Gerais e a expectativa é que essa autorização seja concedida no início de 2020. “Depois dessa etapa, vamos aguardar a licença de instalação. A medida seguinte é iniciarmos as obras, o que deve acontecer em 2022”, disse, ao **Valor**. A SAM é uma subsidiária da chinesa Honbridge Holdings Ltd.

Segundo Gizelle, o projeto, chamado de Bloco 8, terá capacidade de produção anual de 27,5 milhões de toneladas. Ela acrescentou, no entanto, que o minério extraído nessa cava tem baixo teor de ferro, cerca de 20%. Por um processo de beneficiamento, o produto será comercializado com 62% de teor. “[minério com 62% de ferro é] Considerado de alta qualidade e com valorização no mercado mundial. Esse minério, a princípio, será todo exportado.” Ontem, o minério com essa concentração foi negociado no porto de Quindao a US\$ 99,30 a tonelada.

“Em função do baixo teor de ferro inicial e de grandes esforços para beneficiá-lo, o projeto exige logística otimizada, o que ocorrerá, no caso, via mineroduto. Ele começa no município de Grão Mogol e termina no Porto Sul, em Ilhéus, na Bahia”, explicou a executiva.

Esse projeto, que já foi do grupo Votorantim, até o início do ano de 2016 se chamava Projeto Vale do Rio Pardo e era integrado, com mina e mineroduto. “Entramos com pedido de licenciamento ambiental junto ao Ibama e a expectativa era de que ao fim de 2015 a autorização fosse concedida, mas com o rompimento da barragem do Fundão, da Samarco em Mariana, sofremos reflexo direto e tivemos que refazer o projeto. Agora, temos somente a mina. O mineroduto terceirizamos a construção e operação.”

Dessa forma, segundo Gizelle, a logística, como comumente ocorre no mercado de commodities, seria terceirizada. O projeto será desenvolvido, licenciado e operado por um novo investidor. A escolhida foi a Lotus Brasil, que além de ser

chinesa, tem uma pequena participação da SAM. “Somos sócios minoritários pelo tamanho do projeto da mina, só por isso.”

Thiago Toscano, presidente do Indi, agência de promoção de investimentos do governo de Minas Gerais, conta que o mineroduto terá 480 quilômetro. Ao todo serão 21 municípios envolvidos diretamente no empreendimento. Além disso, compõe o projeto uma estação de desaguamento e área de estocagem no Porto Sul, em Ilhéus.

“Para esse mineroduto, a previsão é de investimento de R\$ 1,2 bilhão. O processo de licenciamento junto ao Ibama também já foi iniciado e conversamos com o presidente do órgão. O que nos disseram é que [o pedido de licenciamento] está sob análise”, disse Toscano.

Segundo ele, as empresas já realizaram estudos de viabilidade econômica e ambiental tanto do mineroduto quanto da mina e a unidade de beneficiamento do minério. “Já investiram US\$ 74 milhões nesses levantamentos e todos foram enviados aos órgãos para a avaliação e posterior concessão das licenças”, afirmou, acrescentando que, somente na operação da mina, o faturamento previsto é de R\$ 4 bilhões por ano.

Quando o projeto teve que ser revisto em 2016, houve mudança na barragem de rejeitos, que antes seria construída pelo método a montante e agora deverá ser de linha de centro. Gizelle ressaltou que a cava, onde operarão apenas maquinários autônomos, servirá também como um meio de contenção dos rejeitos da barragem. “Será ainda construído um sistema de diques que, em caso de rompimento, deixará todo o rejeito na própria área da cava, não havendo possibilidade da formação de uma onda de rejeitos para fora dessa área”, disse a executiva, acrescentando que, em função dessa mudança, o projeto teve um valor revisto.

Ela ressaltou que a viabilidade econômica do projeto foi garantida pela logística mais barata. “Ao explorar um minério de baixo teor como esse, não poderíamos escoar a produção por ferrovia, por exemplo. É muito mais caro. Para se ter uma ideia, para cada tonelada transportada, o custo logístico por mineroduto é de US\$ 0,80 e por trem é US\$ 15. É uma diferença muito grande.”

A mina em Grão Mogol, segundo a executiva, tem vida útil de 18 anos. A expectativa é de uma geração de 1,2 mil empregos diretos e 6 mil postos indiretos. Já o mineroduto terá, em sua operação, 142 empregados.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 13/09/2019****Seção: Finanças****Autor:****Título: Vale aproveita juros baixos para recomprar bônus****Ambiente global de liquidez abundante e taxas baixas impulsionam gestão de passivos pelas empresas**

A Vale anunciou a recompra de até US\$ 1 bilhão em seis bônus externos. Seguindo o exemplo de outras companhias, que também fizeram operações semelhantes nos últimos meses, a mineradora está aproveitando o ambiente global de liquidez abundante e juros baixos para fazer uma gestão do seu passivo, tirando do mercado títulos antigos, emitidos com cupom elevado.

O principal bônus que a Vale deseja recomprar foi emitido em 2009 com yield (retorno ao investidor) de 6,99% e vencimento para 2039. Hoje, esse papel é negociado no mercado secundário com yield de 4,790%, segundo dados da Finra. A Vale se propôs a pagar a taxa do Treasury de referência, no caso 2,875%, mais um spread fixo de 253 pontos-base.

Outro papel que a mineradora quer recomprar foi emitido em 2006, com yield de 7,0% e vencimento em 2036. Hoje, é negociado com yield de 4,677%. A Vale se propõe a pagar o referencial dos Treasuries mais um spread de 240 pontos.

BRF e Petrobras anunciaram recentemente ofertas de recompra. Nos dois casos, está sendo feita concomitantemente uma nova emissão externa.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 13/09/2019****Seção: Empresas****Autor: Juliana Schincariol e Raquel Brandão****Título: Litel faz cisão para facilitar venda de fundos na Vale****No total, a Litel detém 22% da mineradora**

A Litel Participações fez uma reestruturação societária de modo a facilitar a venda da fatia dos fundos de pensão na Vale, disseram ao **Valor** fontes com conhecimento sobre o negócio. Veículo de investimentos das fundações no bloco de controle da mineradora, a Litel anunciou ontem cisão parcial de seus ativos.

A Litel reúne os fundos de pensão Previ (dos funcionários do Banco do Brasil), Petros (da Petrobras), Funcef (da Caixa) e Funcesp (empresas elétricas de São Paulo). No total, o veículo detém 22% da mineradora, e o fundo de pensão do BB possui a maior fatia, avaliada em mais de R\$ 40 bilhões. Além da Litel, fazem parte do acordo de acionistas da Vale, a BNDES Participações (BNDESPar), a Bradespar e a Mitsui.

A operação anunciada ontem previu a transferência da parcela cindida para sua controladora, a Litela Participações. Em consequência dessa operação, 808,7 milhões de ações de emissão da Vale detidas pela Litel foram transferidas para a Litela. Desse total, 519,7 milhões estão vinculadas ao acordo de acionistas da Vale, segundo o informado pela Litel.

Antes da operação divulgada ontem, a Litela possuía 97.027 mil ações ordinárias, representativas de 1,89% do capital total da Vale, excluídas as ações em tesouraria, de acordo com informações financeiras da empresa.

Com a cisão, a Litela passou a ter como acionistas os mesmos acionistas da Litel, sem mudanças na estrutura atual. Por isso, as companhias manterão a mesma orientação de voto, devendo suas participações acionárias serem consideradas em conjunto.

Após a cisão, a Litel passa a deter 74,8 milhões de ações ordinárias da Vale, sendo 10 mil ainda vinculadas ao acordo de acionistas. Essa fatia remanescente se deve a questões jurídicas e tributárias, informou uma fonte.

Em fevereiro de 2017, a Vale anunciou uma reestruturação societária que até 2020 prevê transformá-la em uma companhia de controle pulverizado. As mudanças também abriam caminho para que os fundos de pensão pudessem vender suas participações na empresa.

No entanto, o rompimento da barragem de Brumadinho, em Minas Gerais, no dia 25 de janeiro deste ano, adiou os planos dos fundos de pensão. Eles ainda decidiam se fariam uma operação de venda em conjunto ou de forma separada. Na ocasião do desastre, as perdas bilionárias da mineradora em um único dia acertaram em cheio os fundos de pensão.

Em 28 de janeiro, primeiro pregão na sequência do ocorrido, as perdas da Litel foram estimadas em cerca de R\$ 16 bilhões. De lá para cá, o papel já teve alguma recuperação das perdas. No entanto, ainda não o suficiente para que fosse tomada alguma decisão sobre o assunto.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 13/09/2019****Seção: Economia****Autor:****Título: Petrobrás volta a obter aval para oferta de R\$ 3 bi**

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), xerife do mercado financeiro, anunciou ontem que revogou a suspensão da oferta pública de debêntures da Petrobrás, justificando que a companhia tomou providências para sanar irregularidades que motivaram a punição. A CVM havia suspenso a oferta de R\$ 3 bilhões em 30 de agosto, após manifestação na mídia da diretora executiva de finanças e relacionamento com investidores da Petrobrás, Andrea Almeida, numa entrevista promovida pela corretora XP Investimentos.

Manifestações na mídia comentando perspectivas e cenários futuros são proibidas tanto por representantes da emissora quanto das entidades participantes da operação durante o período de ofertas públicas de valores mobiliários. Dentre as providências citadas, segundo a autarquia, foi divulgado um comunicado ao mercado alertando que a decisão do investidor sobre participação na oferta deve ser baseada apenas nas informações dos prospectos e do formulário de referência, devendo ser desconsideradas eventuais manifestações por parte de seus representantes.

Desempenho. A decisão da Comissão de Valores Mobiliários foi anunciada ontem depois do fechamento do mercado financeiro. Ao longo do dia, na B3, a Bolsa paulista, as ações da Petrobrás operaram em queda durante a maior parte do pregão. Os papéis preferenciais viraram a situação ao fim do pregão, fechando em alta de 0,71%, cotados a R\$ 27,06. / REUTERS

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 13/09/2019****Seção: Metrópole****Autor: Leonardo Augusto ESPECIAL PARA O ESTADO BELO HORIZONTE****Título: Brumadinho: relatório culpa cúpula da Vale**

Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa de Minas Gerais que apura o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho pede o indiciamento do presidente da mineradora à época da tragédia, Fábio Schvartsman, e da diretoria da multinacional brasileira por homicídio com dolo eventual, em que se assume o risco de matar, por 270 vezes, número de mortos e desaparecidos do desastre, ocorrido em 25 de janeiro. O texto ainda não foi colocado em votação. O relatório afirma que a

Vale sabia que a barragem operava com fator de segurança abaixo do previsto pelas normas internacionais.

Conforme a CPI, o fator de segurança da barragem era de 1.09 – o mínimo admitido era de 1.30. Diz ainda que a mineradora não deu a “atenção devida” à entrada de água de nascente na barragem. “Ocorreu cegueira deliberada da Vale”, disse o relator da CPI, deputado André Quintão (PT), durante a leitura do relatório. Houve ainda, segundo o documento, “omissão consciente e voluntária de medidas de segurança” por parte da Vale e da Tüv Süd, empresa que emitiu laudo de estabilidade. O pedido de indiciamento será enviado ao Ministério Público de Minas Gerais (MPMG).

Foram confirmadas 249 mortes no rompimento da barragem. Outras 21 pessoas estão desaparecidas. A Vale informou que “respeitosamente discorda da sugestão de indiciamento de funcionários e executivos” e “o relatório recomenda os indiciamentos de forma verticalizada, com base em cargos ocupados em todos os níveis da empresa”. O advogado Augusto Arruda Botelho, que defende funcionários da Tüv Süd, classificou o texto final da CPI como “precipitado e equivocado”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 13/09/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Petróleo atrai investidores em leilão inovador

O interesse das empresas em investir na exploração e produção de petróleo no País foi reafirmado no primeiro leilão permanente de áreas marítimas e terrestres promovido há poucos dias pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Foram promissores os resultados do certame – denominado 1.º Ciclo da Oferta Permanente de blocos exploratórios, dividido entre áreas exploratórias e acumulações (áreas) marginais. Nas exploratórias, o ágio médio foi de 61,48% e, nas marginais, atingiu 2.221%. A arrecadação sob a forma de bônus de assinatura para áreas exploratórias atingiu R\$ 15,3 milhões.

Nas acumulações marginais, o bônus foi de R\$ 6,98 milhões. Estimase que as empresas devam investir R\$ 320 milhões. O aspecto inovador dos leilões está em que os blocos exploratórios ofertados haviam sido abandonados pelos concessionários ou já licitados em outras rodadas da ANP sem despertar interesse, embora muitos sejam tratados pela agência reguladora como áreas com bom potencial. Trata-se, assim, de atrair investidores para áreas que não despertavam interesse. Há centenas de áreas nessa condição. Petro-Victory, Phoenix, Imetame, Geopark, Petroil, Oil Group, Creative Energy, Great Energy,

Brasil Refinarias, Guindastes Locações, Petromais Global, Eagle, Perícia Engenharia e Andorinha Petróleo estão entre as pequenas petroleiras vencedoras do leilão.

Mas também participou a Exxon- Mobil, maior petroleira do mundo, que venceu três concessões em águas profundas na Bacia de Sergipe-Alagoas, em consórcio com a brasileira Enauta e a norte-americana Murphy. Dos 287 ativos oferecidos pela ANP, 45 foram negociados: 33 áreas exploratórias e 12 inativas. A licitação abrangeu blocos nas Bacias do Parnaíba, Potiguar, do Recôncavo, de Campos e Sergipe-Alagoas. Áreas com acumulações marginais foram leiloadas nas Bacias do Espírito Santo, Potiguar, do Recôncavo e de Sergipe-Alagoas.

Há regras próprias do leilão permanente. Os investidores devem manifestar previamente seu interesse. A ANP pode abrir licitações a qualquer momento, para assegurar que haja competição. O objetivo de atrair novas empresas para exploração de petróleo foi atingido, notou o diretor-geral da ANP, Décio Oddone. Cresceu em 11% o número de contratos de exploração. O resultado, disse Oddone, foi “surpreendentemente positivo”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 13/09/2019

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: Cortesia com chapéu alheio

Em março, a Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu que o Supremo Tribunal Federal (STF) reconhecesse a nulidade da decisão que homologou o acordo entre a força-tarefa da Lava Jato e a Petrobrás para a criação de um fundo de investimento social para o combate à corrupção. Os recursos do fundo são provenientes de penalidades impostas à Petrobrás por autoridades norte-americanas. De fato, essa nulidade tem várias causas, a começar pelo fato de o Ministério Público Federal (MPF) não ter competência para celebrar tal pacto.

Além disso, o acordo com a Petrobrás previa que caberia ao MPF realizar a gestão orçamentária e financeira dos recursos dessa fundação de direito privado, o que foge completamente de sua alçada. Tal situação é “absolutamente incompatível com as regras constitucionais e estruturantes da atuação do Ministério Público”, afirmou a procuradora-geral da República, Raque Dodge.

Agora, essa história ganhou mais um capítulo. A PGR, a Câmara dos Deputados e a Advocacia-Geral da União (AGU) celebraram um novo acordo para definir a destinação dos recursos relativos às penalidades impostas à Petrobrás. O novo

pacto prevê que o montante de R\$ 1,06 bilhão seja destinado às ações de prevenção, fiscalização e combate ao desmatamento e outros ilícitos ambientais nos Estados da Amazônia Legal, inclusive na faixa de fronteira. O outro montante, de R\$ 1,6 bilhão, deverá ser destinado para a educação, segundo o “Requerimento Conjunto para Destinação dos Valores”.

“São áreas muito importantes que serão atendidas com esse dinheiro, atendendo ao interesse público e ao interesse brasileiro”, disse Raquel Dodge. Certamente, meio ambiente e educação são áreas nobilíssimas, que merecem prioridade e adequados investimentos. No entanto, repete-se aqui o erro cometido pela força-tarefa da Lava Jato por ocasião do primeiro acordo com a Petrobrás. Esses recursos não são da PGR, da Câmara ou da AGU. Ou seja, esses órgãos não estão autorizados a definir o destino desses recursos, por mais que as áreas e os projetos beneficiados sejam importantes e estejam carentes de investimentos.

Nesse imbróglio, fica patente uma profunda incompreensão sobre a natureza da Petrobrás e, conseqüentemente, sobre os prejuízos causados pelos esquemas de corrupção nela praticados. A Petrobrás é uma sociedade de economia mista. Ela não é, portanto, uma empresa do governo, como se a discussão sobre seus recursos coubesse apenas aos órgãos públicos. A União federal é a maior acionista, com cerca de 28% do capital acionário, mas há outros milhares de acionistas privados. E foram os acionistas privados, que detêm a maior parcela do capital acionário, os principais prejudicados pelo modo como a empresa foi gerida nos anos em que o PT esteve no governo federal, aí incluídos os esquemas de corrupção.

O acordo entre PGR, Câmara e AGU só agrava a situação dos acionistas privados. Lesados pela gestão fraudulenta, esses acionistas são agora novamente prejudicados pelas penalidades impostas em razão dessa gestão. É urgente respeitar a lógica e a realidade. O primeiro objetivo da ação de reparação deve ser ressarcir quem foi lesado, e não lesá-lo novamente, retirando dinheiro da Petrobrás para outras finalidades, por mais nobres que sejam.

Não poucas vezes, a força-tarefa da Lava Jato comemorou a restituição para os cofres públicos de bilhões de reais desviados em esquemas de corrupção. Tem-se aí uma visão parcial do problema. No caso da corrupção envolvendo a Petrobrás, por exemplo, os principais prejudicados não foram os cofres públicos, e sim os acionistas privados. Devolver o dinheiro apenas aos cofres públicos não é reparação, porque resta desfalcado quem mais foi prejudicado.

O processo relativo à nulidade do acordo entre a força-tarefa da Lava Jato e a Petrobrás está no Supremo. E é o STF que analisará o acordo entre PGR, Câmara

e AGU. Seria muito oportuno que, sem demagogias, os principais prejudicados não fossem ignorados.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 13/09/2019

Seção: Mercado

Autor: João Pedro Pitombo

Título: Edifício de R\$ 1 bilhão e alvo da Lava Jato vai ser desocupado pela Petrobras em

Alvo de investigações no âmbito da Lava Jato, um dos edifícios mais emblemáticos da Petrobras, a Torre Pituba, será desocupado pela estatal no próximo ano.

A saída deve acontecer pouco mais de quatro anos após a inauguração do edifício em Salvador. Construído pelas empreiteiras OAS e Odebrecht, a obra teve o orçamento é estimado em R\$ 1 bilhão.

Com 22 andares, 2.600 vagas de garagem e heliponto, a Torre Pituba foi erguida em contrato de locação firmado em 2010 entre Petrobras e o Petros, o fundo de pensão dos funcionários da estatal.

O acordo foi firmado na modalidade “builtto suit”, na qual o locador define detalhes do imóvel a ser construído e tem uso exclusivo das instalações.

A parceria tem prazo de 30 anos e valor estimado em R\$ 1,4 bilhão, conforme o contrato obtido pela Folha. O aluguel pago mensalmente a Petros é de R\$ 6,8 milhões, com correção anual pelo índice Nacional da Construção Civil.

O contrato foi alvo de denúncia do Ministério Público Federal, que apontou pagamento de pelo menos R\$ 68 milhões em propinas.

Em dezembro, a Lava Jato denunciou 42 pessoas por corrupção, lavagem de dinheiro, gestão fraudulenta, desvios de recursos de instituição e organização criminosa.

A decisão da Petrobras de deixar a Torre Pituba acontece em meio a execução de um plano de desestatização e redução de gastos da empresa.

O imóvel, segundo a Petrobras, tem taxa de ocupação de 20% e elevados custos de aluguel e manutenção.

“A Petrobras está realizando estudo para adequar a ocupação dos espaços à estratégia de negócio da companhia”, informou em nota a estatal, destacando que neste ano foram desativados prédios em São Paulo, Rio de Janeiro e Macaé.

Há dúvidas a respeito da economicidade da desocupação. O contrato vence em 2045 e prevê o retorno integral do investimento na construção do prédio, independentemente de uma saída antecipada.

Em nota, a Petros informou não recebeu qualquer comunicação da Petrobras a respeito da desocupação da torre, mas destacou que o contrato não pode ser desfeito sem o retorno do investimento.

A Petrobras não informou qual será o destino do edifício. Mas a expectativa é que a estatal busque um rompimento de contrato na Justiça.

A Torre Pituba abriga hoje não apenas atividades de apoio às operações na Bahia, como atende outras áreas administrativas da Petrobras, que estão avaliando as melhores soluções para a locação de suas equipes e atividades, não implicando necessariamente em transferências para outros estados e regiões.

Construída no período de bonança da Petrobras, a Torre Pituba foi erguida para abrigar setores administrativo, financeiro e de suporte operacional da estatal para as regiões Norte e Nordeste.

O prédio foi construído sob a justificativa da economicidade, mas a Folha revelou em 2015 que a mudança representou um aumento de 142% no gasto da estatal com aluguéis em Salvador. Trabalham no local cerca de 200 funcionários, entre efetivos e terceirizados.

Segundo o Sindipetro (Sindicato dos Petroleiros da Bahia), os funcionários efetivos foram avisados que apenas uma parcela deles deve ficar na Bahia — os demais seriam remanejados para São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

A Petrobras diz que avalia as melhores soluções para “alocação de suas equipes e atividades, não implicando necessariamente em transferências para outros estados e regiões”.

A Petrobras caminha para reduzir suas operações na Bahia, estado onde em 1939 foi descoberto o primeiro poço de petróleo do Brasil, no bairro do Lobato, em Salvador.

A estatal deve arrendar a Fafen (Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados) e estuda vender a refinaria Landulpho Alves, primeira erguida no Brasil em 1950.

VEÍCULO: O Globo**Data: 13/09/2019****Seção: O País****Autor: DANIEL BIASETTO****Título: Brumadinho: CPI quer indiciar chefes da Vale**

Aprovado ontem por unanimidade na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, o relatório final da CPI de Brumadinho, que investiga a tragédia causada pelo rompimento da barragem de rejeito de minério B1 (Córrego do Feijão), pediu o indiciamento da cúpula da Vale por homicídio doloso eventual — quando se assume o risco de que o crime ocorra. O desastre, em 25 de janeiro, devastou a fauna e a flora locais. Foram confirmadas 249 mortes, e 21 pessoas seguem desaparecidas. As penas para homicídio doloso preveem reclusão de seis a 20 anos.

Entre os indiciados estão o presidente da Vale, Fábio Schvartsman, e o diretor-executivo, Peter Poppinga, ambos afastados, e a responsável técnica pela barragem, Cristina Malheiros. O relatório pediu ainda indenização aos familiares das vítimas.

Também foram pedidos os indiciamentos pelo mesmo crime de Makoto Namba e André Jum Yassuda, engenheiros da empresa alemã TÜV SÜD, que atestou a estabilidade de estrutura da barragem. No total, 13 funcionários da Vale e da TÜV SÜD foram indiciados. O relatório solicitou o recolhimento dos passaportes de todos eles.

Em nota, a Vale discordou “respeitosamente” da sugestão de indiciamento de executivos e funcionários. Já a TÜV SÜD informou em nota que, por causa das investigações em andamento, não comentará o relatório. A empresa pontuou que coopera com as autoridades para o esclarecimento da tragédia.

MME / ASCOM .